

# **FORMAÇÃO DE MONITORES DA ESCOLA DA CIDADANIA**

**INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS**



## I. Apresentação

Esta apostila sintetiza alguns instrumentos e metodologias básicas de organização de cursos a partir dos princípios da Educação Popular. Não pretende esgotar o tema, extremamente amplo e objeto de muitas publicações de organizações não-governamentais (FASE, IBASE, EQUIP, CEPIS, para citar as mais conhecidas).

A intenção é indicar a lógica dos instrumentos mais empregados na execução de cursos e atividades de formação popular.

O texto é breve e dividido em duas partes.

A primeira indica os passos para planejamento de um curso.  
A segunda trabalha os seguintes instrumentos pedagógicos:

- Grupos
- Aula expositiva
- Aula dialogada
- Debates e Seminário
- Oficinas

Todas dúvidas e necessidades complementares podem ser enviadas para o Instituto Cultiva ([www.cultiva.org.br](http://www.cultiva.org.br)).

## II. Como planejar um curso

Um curso apoiado nos princípios da educação popular parte, sempre, de um diagnóstico da cultura e dinâmica social dos educandos envolvidos na programação.

Lembremos os motivos para este primeiro passo. No prefácio à **Fenomenologia da Percepção**, Merleau-Ponty sustenta um processo de envolvimento com o mundo a partir da visão e experiência pessoal do mundo:

Tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu o sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada. Todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido, e se queremos pensar a própria ciência com rigor, apreciar exatamente seu sentido e seu alcance, precisamos primeiramente despertar essa experiência do mundo da qual ela é a expressão segunda.<sup>1</sup>

A ciência é a segunda expressão do mundo. A primeira é a experiência vivida, que forma a visão de mundo de quem a vive. Merleau-Ponty aprofunda ainda mais esta sensação do mundo, enquanto **choque**, instantâneo o pontual, mas nunca neutro, porque o que eu percebo é imediatamente interpretado pela experiência passada. Não existe impressão pura. O sensível não é um efeito imediato de um estímulo externo, mas uma interação entre o que vejo e como eu interpreto o que vejo.

Esta noção é fundamental para entendermos que ninguém não sabe nada sobre o mundo ou sobre tudo. Ao contrário, tudo é refletido, repensado, percebido a partir do seu passado e de sua experiência concreta de vida. As imagens são recriadas a cada geração.

Qualquer curso ou interrelação pedagógica, educativa, se não interage com esta reflexão inicial sobre o mundo e sobre a próprio curso que inicia, cria um impacto autoritário, que distancia o educador do educando. Por outro lado, ao iniciar pela busca da percepção do educando, cria uma trilha de diálogo, um processo por onde as duas partes interagem e podem construir conhecimento sobre um tema ou um problema.

Neste caso, o caminho correto seria definir o tema em questão (o tema do curso) após a problematização com os educandos ou com as estruturas de representação sociais dos educandos (sindicatos, conselhos, associações, entre outros). O tema é criado a partir de interesses concretos, de dinâmicas sociais e valores construídos pela experiência pessoal e coletiva.

Esquemáticamente, a partir do diagnóstico inicial e escolha do tema, os passos de organização de um curso são:

- **Planejamento de um curso**
  - **Estudo sobre o Público-Alvo**
  - **Definição do tema central**

---

<sup>1</sup> MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 3.



- Definição da Ementa (breve resumo sobre os objetivos e sub-temas que envolvem aquele curso)
- Definição da duração do curso
- Definição dos módulos (ou subtemas a serem desenvolvidos)
- Definição do método e instrumentos: grupos, discussão de vídeos, aulas expositivas, debates, seminários, aula dialogada, oficinas
- Definição dos instrumentos de avaliação
- Bibliografia ou recursos pedagógicos e de consulta e aprofundamento

Detalhemos cada um desses passos.

O Estudo sobre o público ou educandos envolvidos no curso é fundamental pelo exposto anteriormente. Infelizmente, nunca é possível garantir informações precisas sobre os educandos ou mesmo um tempo inicial para dialogarmos com eles. O tempo é cada vez mais escasso, mesmo na educação<sup>2</sup>. Daí esta primeira etapa nem sempre ser possível ser produzida antes do início do curso. Mas, mesmo numa situação não ideal, é importante que a programação do curso parta de um mínimo de informações sobre o perfil dos educandos, procurando estabelecer uma relação direta, um atalho, entre os seus interesses e os desafios que o curso estará propondo.

Ainda assim, é fundamental que se pense um momento ou uma dinâmica inicial do curso onde a proposta seja cotejada pela opinião e interesses do grupo de educandos. Daí a necessidade de um curso evitar exposições, de caráter unilateral. Antes, é fundamental pensar numa provocação, num dilema ou polêmica, num processo de discussão em grupos ou cochichos entre vizinhos de cadeira na sala onde se realiza o curso. A programação, assim, vai se ajustando pouco a pouco.

Definido o tema, é importante que os educadores elaborem uma breve ementa do curso. Esta ementa, como apontado anteriormente, será submetida aos educandos-cursistas e poderá sofrer ajustes. Mas um bom diálogo tem início com proposições objetivas e concretas. Não se responde uma questão que é dúbia, confusa, mal formulada. A ementa auxilia a formular com clareza a proposta do curso.

Uma ementa é objetiva e concisa. Vejamos um exemplo:

**EMENTA DE UM CURSO UNIVERSITÁRIO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**CURSO:** Seminário em Filosofia Moderna. O ensaio sobre Entendimento Humano de Locke.

**EMENTA:**

**Através de uma leitura do Ensaio de Locke, especialmente dos livros I, II e IV, buscaremos examinar alguns dos principais temas da epistemologia de Locke, tais**

<sup>2</sup> Um fantástico livro de Bertrand Russel, sobre o ócio, sugere um tempo de maturação do pensamento que não corresponde ao tempo do mercado e da administração. Chega a construir uma deliciosa analogia com o tempo necessário para um pêssego produzir sabor e aroma. Ver RUSSEL, Bertrand. **Elogio ao Ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

**como, seu caráter normativo, a natureza e alcance de sua crítica à existência de idéias inatas, sua teoria das idéias, a distinção entre ciência e opinião, sua concepção de probabilidade, e seu posicionamento face ao ceticismo e ao cartesianismo.**

A ementa acima faz uma promessa ao educando, indica o tema e as fontes (livros I, II e IV) de estudo, além de seu objetivo (examinar alguns dos principais temas da epistemologia de Locke). Os educandos saberão pela ementa se este curso lhes interessa e avaliarão o seu resultado a partir da promessa que a ementa encerra.

O público de educandos envolvidos deve, novamente, orientar a organização do tempo, a duração, seqüência de temas. Um exemplo claro é o do primeiro curso de formação de conselheiros de Maringá. Grande parte dos cursistas trabalha em horário comercial (principalmente os não governamentais). Ao consultá-los, a demanda foi que o curso básico fosse realizado entre 16h e 18h, durante a semana. Toda a programação foi estruturada a partir desta disponibilidade e demanda, o que criou uma situação inusitada e inesperada.

Ao organizar o tempo de duração do curso é importante levar em consideração a necessidade de existir um intervalo relativamente longo entre um e outro encontro, não esgotando o tema em apenas um evento de dois ou mais dias. São dois motivos principais para segmentar a programação. A primeira é cognitiva. Em cursos de curta duração (ou até média duração), o volume de informações é considerável: compreender a dinâmica, o seu lugar no curso, seus colegas de curso, os conceitos, as conclusões, a relação entre sua prática e a auto-avaliação que o processo educativo implica. É fundamental que ocorra um intervalo de alguns dias para que aquele impacto seja refletivo e que, principalmente, seja cotejado pela rotina e desafios cotidianos. Assim, o conhecimento produzido em sala, durante o curso, se mistura com o cotidiano e se reorganiza, possibilitando se transformar em experiência concreta. Esta dinâmica prática-teoria-prática é o que dá consistência e objetividade (ou concretude) a um curso apoiado nos princípios da educação popular.

Um segundo motivo é possibilitar uma prática de estágio. O estágio ou *dever de casa* é o mesmo processo de relação teoria-prática indicado acima, mas com um elemento a mais: a intencionalidade pedagógica. Todo estágio é programado para forçar uma situação de aprendizagem e uma possibilidade do educando organizar a coleta de informações e situações que se relacionam com os objetivos e temas do curso. Podemos citar um exemplo. Imaginemos que o tema do curso é produção da proposta de orçamento municipal para o ano seguinte. Ao programarmos um estágio na Câmara Municipal e na Secretaria de Planejamento, o cursista-educando terá oportunidade para perceber a dinâmica real da produção do orçamento, que até então apenas discutiu e leu na sala de aula. As disputas, as diferenças entre repartições, os atores principais na elaboração do orçamento aparecerão vivamente. Já disseram que na prática, a teoria é outra. Na volta ao curso, as informações obtidas redefinem as discussões e criam um sentido novo ao processo de aprendizagem.

O tempo do curso organizado implica em pensar os módulos do curso: o encadeamento dos temas. Os módulos, contudo, devem compor e organizar os momentos de leitura, a troca de experiências, a sistematização de conhecimentos, os desafios, os estágios programados ou dever de casa, os trabalhos em grupo. Simplificando, é possível dizer que os módulos (encadeamento dos temas) formam o esqueleto do curso e as dinâmicas constituem o conteúdo, a carne do curso.

Vejam, a seguir, um exemplo de organização de um curso em módulos:

### Direito do Trabalho (inclui segurança do trabalho)

#### Módulo 1 - Aula 1

Introdução, definição e princípios do Direito do Trabalho.

O princípio de proteção. O princípio da irrenunciabilidade.

O princípio da supremacia da realidade, O princípio da continuidade, Fontes do Direito do Trabalho.

Principais fontes, Constituição Federal, Leis ordinárias, Jurisprudência, convenções e recomendações da OIT, convenções coletivas do Trabalho, acordo coletivo do trabalho, regulamentos de empresa, contrato individual de trabalho, usos e costumes. Direito Individual e Direito Coletivo do Trabalho

#### Módulo 1 - Aula 2

Empregado e empregador, abrangência da CLT. Empregado urbano.

Requisitos para caracterização do empregado urbano

O empregador, definição relação de emprego. O estado como empregador, grupo de empresas. Microempresa e Empresa de pequeno porte, identificação profissional, Carteira de trabalho CTPS, portador. Obrigação, emissão, exigência da CTPS, dados, anotações, recusa da anotação da CTPS.

Livro de Registro de empregados.

Os módulos, como se percebe, organizam uma lógica temática e indica os subsídios que serão utilizados como apoio. Obviamente que, durante o curso, o que foi programado pode ser alterado. Mesmo assim, a organização em módulos auxilia a organizar mentalmente uma seqüência de raciocínio e de fontes. É um instrumento do educador e detalha a ementa.

Os instrumentos utilizados vinculam-se ao método. Vários instrumentos serão tratados no próximo item deste documento.

Terminamos esta seção deste documento com uma palavra a respeito dos métodos e instrumentos de avaliação de aprendizagem.

Existem dois tipos fundamentais de avaliação pedagógica: a classificatória e a formativa.

A **Avaliação Classificatória** está vinculada à noção de medida, ou seja, à idéia de que é possível aferir, matematicamente, e objetivamente, as aprendizagens. A noção de medida supõe a existência de padrões de rendimento a partir dos quais, mediante comparação, o desempenho de um aluno será avaliado e hierarquizado. A Avaliação Classificatória é realizada através de variadas atividades, tais como exercícios, questionários, estudos dirigidos, trabalhos, provas, testes, entre outros. Sua intenção é estabelecer uma classificação do aluno para fins de aprovação ou reprovação. Para se medir objetivamente um fenômeno, é preciso definir uma unidade de medida. Sua operacionalização se dá através de um instrumento. No caso da avaliação escolar, este instrumento é produzido, aplicado e corrigido pelo professor, que acaba sendo, ele próprio, um instrumento de mediação do desempenho do aluno, uma vez que é ele quem atribui o valor ao trabalho.

As origens históricas dessa vertente de avaliação escolar remontam ao início do século XX, sobretudo às duas primeiras décadas, quando a Psicometria, ou seja, a tecnologia da mensuração das capacidades humanas, teve um enorme progresso. Esse desenvolvimento aconteceu no âmbito da Psicologia que, naquele momento, querendo afirmar-se como ciência, foi buscar seus fundamentos no pensamento científico. Concretizado nos trabalhos de Descartes e Newton, o paradigma moderno de ciência substituiu a antiga cosmologia – que compreendia o universo de forma orgânica e holística, em que homem e natureza eram partes de um todo – por uma cosmologia matemática e mecanicista.

O uso dos testes na educação proliferou e consolidou-se rapidamente. O teste caracterizava-se como um instrumento de medida e controle, revestindo-se de uma objetividade que lhe conferia a validade e confiabilidade. A idéia era medir as mudanças comportamentais dos alunos. Vários estudos sobre a avaliação do desempenho do aluno foram realizados na primeira metade do século XX, gerando inúmeros instrumentos de mensuração. Dentre estes estudos, destaca-se o de Ralph Tyler, que propunha um enfoque conhecido como avaliação por objetivos. Seu trabalho incluía vários procedimentos avaliativos, tais como testes, escalas de atitude, inventários, questionários, fichas de registro de comportamento, etc. Tratava-se de uma proposta de avaliação integrada a um modelo de elaboração curricular, com um forte caráter de controle do planejamento, tal como ocorria no processo de produção industrial. O pensamento de Tyler e seus seguidores tiveram grande influência na trajetória da avaliação de aprendizagem. Sob a forma de “provas objetivas”, os testes incorporaram-se aos sistemas educativos. Na Avaliação Classificatória trabalha-se com a idéia de verificação da aprendizagem. O termo verificar tem origem na expressão latina *verum facere*, que significa verdadeiro. Parte-se do princípio de que existe um conhecimento – uma verdade – que deve ser assimilado pelo aluno. A avaliação consistiria na aferição do grau de aproximação entre as aprendizagens do aluno e essa verdade.

O instrumento mais importante utilizado pela avaliação classificatória é a **prova objetiva**. As provas objetivas são instrumentos de avaliação formulados com questões de múltipla escolha,

normalmente de respostas curtas, para completar ou associar colunas, sempre referenciadas pelos objetivos educacionais. Exigem correta elaboração técnica e são de fácil correção. São rápidas para serem feitas pelos alunos e corrigidas pelo professor. Constituem bons instrumentos para avaliar aprendizagem de fatos (memorização). Não são adequadas para avaliar produção de conhecimento, raciocínio crítico ou atitudes morais e valores.

Para elaborá-las, o professor deve seguir princípios básicos, conforme os sugeridos pela professora Nelcy Ramos:

1. Considerar os objetivos do curso que será avaliado;
2. Abranger assuntos de real importância e não apenas a memorização de detalhes;
3. Eliminar assuntos controvertidos;
4. Evitar perguntas capciosas (ciladas);
5. Prever somente uma resposta certa, conforme o tipo da questão;
6. Colocar a questão centrada no conteúdo e não na forma de apresentá-la (evitar palavras difíceis, ordem indireta);
7. Construir as questões de modo que possam diferenciar os diversos graus de aprendizagem;
8. Evitar ambigüidade de sentido nas palavras usadas para formular as questões;
9. Evitar o emprego de palavras muito inclusivas como: sempre, todos, nunca, jamais, etc.;
10. Reduzir as negativas. Quando não for possível, deve-se grifar a negativa (geralmente estamos interessados em verificar o que é e não aquilo que não é) e usar não ou exceto com destaque;
11. Excluir dados inúteis para a resposta (evitar “enfeitar” a questão). Quando se tratar de verificar a habilidade de selecionar dados para a resposta, lembrar-se que os dados não usados devem ser pertinentes ou ter relação com o problema;
12. Evitar redações exatamente iguais às dos livros e apostilas, para não favorecer o hábito de “decorar” a matéria.

Já a **Avaliação Formativa** fundamenta-se em várias teorias que postulam o caráter diferenciado e singular dos processos de formação humana, que é constituída por dimensões de natureza diversa - afetiva, emocional, cultural, social, simbólica, cognitiva, ética, estética, entre outras. A aprendizagem é uma atividade que se insere no processo global de formação humana,

envolvendo o desenvolvimento, a socialização, a construção da identidade e da subjetividade.

Nessa perspectiva, a avaliação coloca-se a serviço das aprendizagens, da forma dos alunos. Trata-se, portanto, de uma avaliação que tem como finalidade não o controle, mas a compreensão e a regulação dos processos dos educandos, tendo em vista auxiliá-los na sua trajetória escolar. Isso significa entender que a avaliação, indo além da constatação, irá subsidiar o trabalho do professor, apontando as necessidades de continuidade, de avanços ou de mudanças no seu planejamento e no desenvolvimento das ações educativas. Caracterizando-se como uma prática voltada para o acompanhamento dos processos dos alunos, este tipo de avaliação não comporta registros de natureza quantitativa (notas ou mesmo conceitos), já que estes são insuficientes para revelar tais processos. Tampouco se pode pensar, a partir desta concepção, na manutenção da aprovação/reprovação. Isso porque este tipo de avaliação não tem como objetivo classificar ou selecionar os alunos, mas interpretar e compreender os seus processos, e promover ações que os ajudem a avançar no seu desenvolvimento, nas suas aprendizagens. Sendo assim, a avaliação a serviço das aprendizagens desmistifica a idéia de seleção que está implícita na discussão sobre aprovação automática. É uma avaliação que procura administrar, de forma contínua, a progressão dos alunos.

Um bom exemplo de instrumento de avaliação formativa é o **portfólio**. O portfólio é o registro do educando de todo o seu processo de aprendizagem, ao longo de um curso. Na prática, o educando anota e comenta sempre que está aprendendo, as dúvidas, buscando ajuda sempre que necessário. Todos os registros devem ter datas.

O educando seleciona como vai organizar sua trajetória de reflexão.

O educador propõe aos educandos que estabeleçam as suas metas levando em contas as metas elaboradas para o curso. As metas dos educandos devem ser escritas. Tudo deve ter data e um cabeçalho que identifique do que se trata.

O portfólio compõe a memória da aprendizagem de cada educando e só pode ser montado por ele mesmo.

Outro instrumento é a **observação e registro**.

A observação é um processo que ajuda ao professor, através de uma técnica, a apreender dados sobre acontecimentos, enquanto estão acontecendo. Ela sempre deve ser seguida de registros. Observamos para tentar entender melhor algum fenômeno ou fato, ou mesmo para constatar ou levantar novas hipóteses. É um importante instrumento de levantamento de dados em um processo de investigação. No caso da avaliação, o processo é sobre a aprendizagem dos alunos. O professor, observando a partir de referências que o ajudam a ver o que pretende, está se transformando num pesquisador. Quanto mais um professor insere a observação em sua prática avaliativa, mais ele consegue se abrir para tentar entender o complexo processo de aprendizagem. Para observar ele precisa:

- Definir o que vai "olhar" com mais cuidado;



- Organizar o instrumento no qual vai registrar o que quer observar;
- Fazer um roteiro para a sua observação (que depende do que se quer observar: uma construção conceitual, uma atitude que manifesta a formação de um valor, um procedimento). O roteiro é fundamental para direcionar o olhar do observador;
- Definir em que situações estará observando: enquanto os alunos estão trabalhando em grupos, numa atividade mais coletiva, quando levantam questões, enquanto se deslocam para atividades de vivência cultural (teatro, cinemas, museus, festas na escola), num trabalho de campo;
- Estar atento ao envolvimento dos alunos nas atividades propostas, às dúvidas manifestadas, aos silêncios, às expressões corporais, aos olhares, à apresentação de comportamentos diferenciados em situações escolares diferentes, refletindo sobre o que podem significar tais reações;
- Preparar-se para a coleta de dados (ordenar seus instrumentos e registros, seu posicionamento para registrar, seus momentos de registro).

Depois dessa primeira etapa, parte-se para a operação da observação. Pode-se observar e registrar com fotos ou vídeo (muito sofisticado para as escolas brasileiras, mas muito importante para análise) ou em fichas e cadernos de campo. Pode-se também utilizar de gravador em áudio. As fichas ou cadernos têm sido os mais utilizados pela praticidade e preço.

Ao observar, registra-se em seu instrumento (ficha, caderno de campo, gravador, foto, vídeo) seguindo roteiro prévio.

Depois obtém-se os dados da observação para junto com os dados das provas e de auto-avaliação, de trabalhos e exercícios realizados, de momentos de debates, analisar o processo de formação de seus alunos.

### III. Os instrumentos pedagógicos

Neste item, vamos esboçar a estrutura e a função de alguns instrumentos pedagógicos, que podem ser utilizados nos cursos.

São eles:

- Grupos
- Aula expositiva
- Aula dialogada
- Debates e Seminário
- Oficinas

*Sobre os Grupos*

A função de um trabalho de grupo é criar um ambiente de maior conforto e troca de opiniões, também podendo facilitar a leitura e discussão de um texto mais complexo. A natureza de todo ponto de vista pedagógico, o grupo cria o ambiente para que se socialize a palavra, dando condições para os mais tímidos emitirem suas avaliações e sugestões. Assim, os grupos não podem ter muitos componentes, ou perde justamente seu significado. Um bom número de participantes é o de 10 a 15, podendo oscilar a partir desta referência, mas nunca superando vinte participantes. Também é preciso que a palavra e as idéias se complementem, não reproduzindo as regras e normas rígidas, que procuram controlar o tempo, em plenárias com muitos participantes. Um grupo elege, antes do início do trabalho, um coordenador e um secretário. O coordenador terá como funções estimular e garantir a palavra de todos os membros e promover a pauta de discussão. O secretário terá a função de registrar as conclusões do grupo e, quando necessário, as divergências, além de apresentar seu breve relatório na plenária, quando todos os grupos se juntam novamente.

Podemos, então, afirmar que o grupo é um espaço de aprofundamento de reflexões, de estabelecimento de sistematizações e identificação de diferentes posicionamentos. A plenária, ou espaço aberto com todos educandos, muitas vezes é monopolizado por quem fala mais ou é mais carismático. Os mais tímidos e introspectivos não têm muita vez em espaços amplos. Daí o uso constante e alternado de grupos e plenárias.

### *Aula Expositiva*

Toda aula expositiva tem no expositor seu principal protagonista, tolhendo a fala dos educandos. Este instrumento não é, portanto, o mais adequado para o desenvolvimento dos princípios da educação popular. Contudo, em algumas situações, a exposição organizada de um conceito, uma situação histórica. A exposição, no caso, será **informativa**, já que não poderá retratar, pela natureza da exposição, um problema, polêmica ou debate. Por este motivo, deve ser lógica e sucinta. Estudos recentes revelam que jovens ocidentais não conseguem manter atenção por mais de vinte minutos. Uma exposição pode, a partir deste dado, ser organizada para durar 30 minutos e não mais. Para facilitar, o expositor pode utilizar como recurso uma síntese das informações e conceitos expostos em tarjetas que são pregadas numa parede na medida em que avança na argumentação (ou power point, se tiver acesso a data show). Uma exposição deve observar os seguintes itens:

- a) Apresentar o plano geral da exposição para os educandos, propiciando nitidez sobre a evolução da argumentação e as passagens de cada etapa;
- b) Se for um conceito ou teoria a ser apresentada, iniciar a exposição com a relação dele(a) com o cotidiano dos educandos;
- c) Localiza historicamente o desenvolvimento da teoria ou conceito, os objetivos, motivações que levaram a este desenvolvimento;
- d) Apresentar seus fundamentos;
- e) Concluir com algum exemplo ou caso que relacione teoria com práticas concretas;
- f) Apresentar impasses e desafios relacionados ao tema.

Se possível, apresente bibliografia sobre o tema, mantendo sempre a linha da pluralidade, ou seja, várias linhas teóricas ou publicações de linhas políticas distintas para que o educando tenha um panorama mais amplo de consulta.



Após a exposição, os cursistas-educandos podem debater com o expositor, finalizando com a construção de um Quadro Síntese ou de Conclusão. Também é importante que uma síntese da exposição seja entregue a todos educandos para que possam aprofundar e revisar sua compreensão, evitando também que sejam obrigados a fazer anotações durante a exposição. Este texto-síntese pode ser, inclusive, objeto de discussão posterior em grupos de trabalho, diluindo o caráter dominante da lógica do expositor.

### *Aula Dialogada*

O nome já diz tudo. Uma aula dialogada é aquela que se desenvolve a partir da promoção de debates com os educandos. O educador sabe como inicia e tem um **roteiro** planejado, mas não tem certeza de como a aula terminará, justamente porque será fruto dos debates. Fazendo uma analogia com pesquisa, a aula dialogada é como um grupo focal. No grupo focal, os entrevistados são apenas estimulados e levemente orientados a discutir temas previamente elaborados em formato de roteiro. Contudo, é o debate entre os participantes do grupo que orienta a seqüência e evolução do roteiro, o que exige grande habilidade do moderador do grupo focal. Na aula dialogada ocorre o mesmo: o educador propõe o tema, modera, oferece informações e aprofunda conceitos, mas segue o rumo do debate, o calor da discussão. A construção do conhecimento é feita a partir de uma costura fina, onde o educador polemiza, estimula a participação de todos, lê informações e teorias conflitantes, estimula o dilema e, cuidadosamente, propõe uma síntese, uma conclusão final que é sempre submetida à sala. Não se trata de uma mera didática ou dinâmica de motivação, mas de uma costura, um diálogo entre teorias, informações, leituras e proposições do educador, intervenções dos educandos e estímulo ao aprofundamento das argumentações, procurando estabelecer a construção de consensos e leituras mais complexas e fundamentadas. Ao final da aula, as conclusões ou quadro de síntese (que pode apresentar divergências de opinião) pode ser utilizada como pauta para aprofundamento nos grupos de trabalho, criando um novo ciclo aula-grupo-aula.

### *Debates*

Os debates estimulam a polêmica, o dissenso, a partir de dilemas intelectuais e morais. A forma mais completa de organização de um debate é o seminário, denominado assim porque dissemina (de sêmen) uma discussão. Inicia-se com um plantio e prossegue até concluir com uma colheita (conclusões). Num seminário, todos participantes recebem com antecedência um texto provocação, o que lhes permite a preparação para a discussão. A discussão, por sua vez, segue regras de conduta: argumento e contra-argumento, respeito à opinião e à liberdade de expressão, foco na questão ou tema, crítica, síntese e conclusão. Há várias técnicas de organização, sendo a mais antiga a reprodução de um tribunal de julgamento, com defesa e ataque a uma posição explicativa ou teórica, fundamentando as argumentações, onde a sala é dividida em dois grupos oponentes.

### *Oficinas*



Do latim *officina*, significa lugar onde se exerce um ofício, laboratório, local destinado a trabalhos de produção. Ofício, por sua vez, significa produção manual, prática ou até mesmo profissão. Uma oficina tem este sentido de produção coletiva de algo prático. Assim, toda oficina possui um objetivo, uma meta a ser produzida por um grupo. Distingue-se do grupo de trabalho justamente em virtude deste objetivo prático. Concretamente, uma oficina pode ter um moderador, que organize o trabalho coletivo, mas é a produção do grupo que define a lógica e dinâmica de trabalho. Um grupo de dez pessoas é adequado para a produção coletiva. Uma oficina pode produzir um texto coletivo a respeito de um tema, produzir um planejamento de trabalho, organizar e montar um curso ou mesmo produzir algo que exija habilidades manuais (produção de um vídeo ou um cartaz, por exemplo). Trata-se de um trabalho prático, coletivo.